

## **XXIV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS**

### **A MANUTENÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA EM COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**

*Gabriel Andy da Silva Lucena<sup>1</sup>; João Pedro Peixoto Smith Guerra<sup>2</sup>; Ana Cristina Sousa da Silva<sup>3</sup>  
& Mirella Leôncio Motta e Costa<sup>4</sup>*

**Palavras-Chave** - Comitê de bacia hidrográfica. Recursos Hídricos. Pandemia.

#### **INTRODUÇÃO**

A Política Nacional de Recursos Hídricos no Brasil foi estabelecida pela Lei Federal nº 9.433/1997, esta que norteou e trouxe inovações para o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos no território brasileiro. A referida lei também criou os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), organismos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), que foram instituídos para tornar a gestão dos recursos hídricos descentralizada e participativa. Neste sentido, estes colegiados contam com a participação de diversos entes sociais como o poder público, a sociedade civil organizada e os usuários da água, todos com interesses em comum na gestão integrada dos recursos hídricos da bacia hidrográfica.

Segundo o artigo 38 da lei das águas do Brasil, os Comitês de Bacias Hidrográficas possuem diversas competências, incluindo a competência de promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articulação da atuação das entidades intervenientes. Ribeiro (2012) explica que, por se tratar de um espaço democrático e haver a real possibilidade de descentralizar o processo de tomada de decisão, os CBHs são responsáveis por garantir a participação pública das comunidades locais na discussão das questões ambientais.

No estado da Paraíba, os comitês de bacias hidrográficas foram instituídos pela Resolução nº 03/2003 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba (CERH-PB) que definiu as áreas geográficas de atuação de cada comitê (CERH, 2003). Com a instalação de comitês ao longo dos anos, o Estado conta hoje com os seguintes comitês: Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (CBH-LN), Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul (CBH-LS), Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba (CBH-PB) e Comitê da sub-bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH-PPA). De acordo com a dominialidade dos recursos hídricos, o CBH-LS, o CBH-LN e o CBH-PB englobam áreas de bacias hidrográficas com domínio estadual. Enquanto que o CBH-PPA abrange uma bacia compartilhada entre Paraíba e Rio Grande do Norte, sendo, portanto, de domínio federal.

Ainda na Política Nacional de Recursos Hídricos, é estabelecida a criação de Agências de Água, as quais devem estar habilitadas para executar as ações planejadas pelos Comitês. Mas, de acordo com o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Paraíba, os CBHs do estado da Paraíba não dispõem legalmente de uma Agência de Água especificamente com esse caráter. Então, atualmente, o apoio técnico e operacional aos comitês é realizado apenas pela Agência Executiva de

1) Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Lot. Cidade Universitária, PB, 58051-900, (83) 98664-0204, gabriel.lucena@academico.ufpb.br.

2) Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Lot. Cidade Universitária, PB, 58051-900, (83) 98875-7105, joao.smith@academico.ufpb.br.

3) Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Lot. Cidade Universitária, PB, 58051-900, (83) 98820-8748, ana.silva@academico.ufpb.br.

4) Instituto Federal da Paraíba, Campus João Pessoa, Av. Primeiro de Maio, 720, (83) 98801-8623, mirella.costa@ifpb.edu.br.

Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA), e as decisões dos comitês cabem recurso ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba (CERH-PB). A AESA, devido à sua limitação de recursos humanos e financeiros, ainda não funciona plenamente como uma Agência de Água para os Comitês da Paraíba.

No sentido de apoiar tecnicamente os CBHs, cria-se o Grupo de Apoio Técnico (GAT-CBHs) - 4ª edição 2020, por meio de Projeto de Extensão, como uma iniciativa da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em parceria com as diretorias colegiadas dos CBHs. Este grupo é composto por estudantes em formação dos cursos de engenharia civil e ambiental da UFPB, membros das diretorias dos CBHs e representante da AESA. O seu principal objetivo é prestar subsídios técnico-científicos, operacionais e de gestão, junto à AESA, aos Comitês das Bacias Hidrográficas estaduais, em especial ao CBH-LS e ao CBH-LN, proporcionando maior agilidade na execução das ações e das propostas por eles estabelecidos. Portanto, o GAT-CBHs é implementado para, além de auxiliar as atividades gerais dos comitês, contribuir com a execução de questões mais complexas que objetivam a implementação integral da política de recursos hídricos no estado na Paraíba.

Com o estabelecimento da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 (OPAS, 2020), foi necessário adaptar as ações do GAT-CBHs e dos próprios CBHs. O uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) possibilitou o processo de adequação das atividades dos CBHs para a sistemática remota, permitindo a continuidade da realização de reuniões plenárias.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar os resultados alcançados pelos comitês estaduais das bacias hidrográficas da Paraíba, através da atuação do Grupo de Apoio Técnico GAT-CBHs, no período de 2020/2021, durante a pandemia do novo coronavírus.

## METODOLOGIA

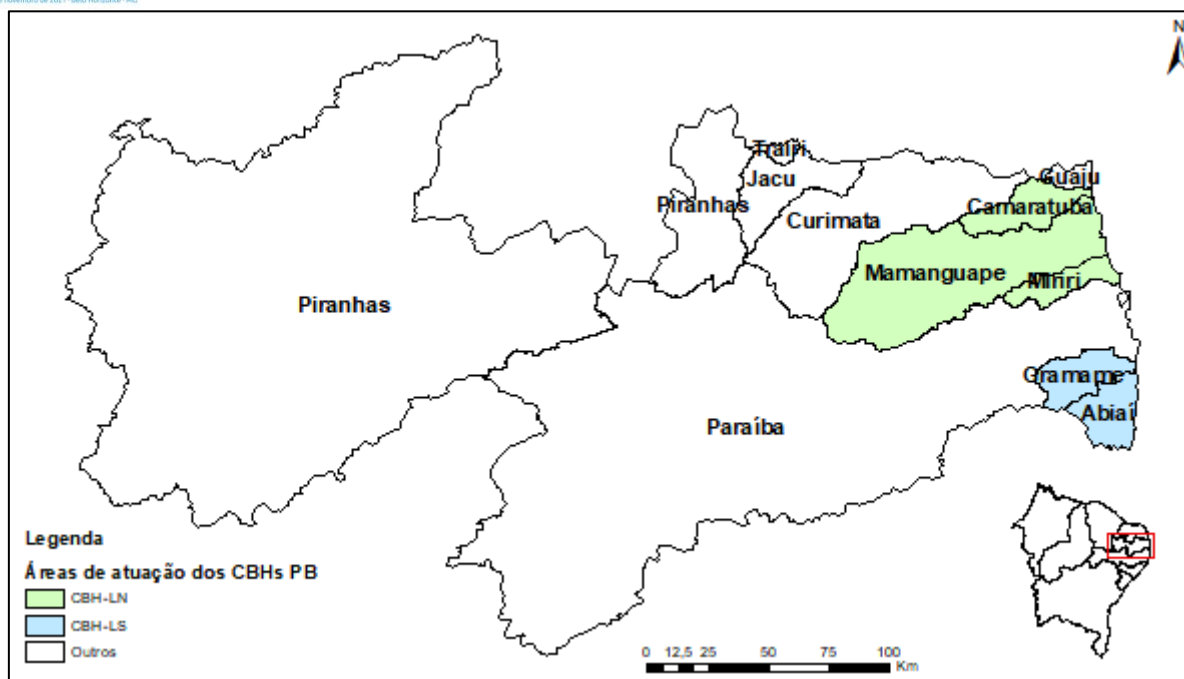
### Área de estudo

A área de estudo e atuação do GAT-CBHs é a área de abrangência dos comitês CBH-LN e CBH-LS (Figura 1). O Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (CBH-LN) tem como área de atuação o somatório das áreas geográficas das bacias dos rios Mamanguape, Camaratuba e Miriri, compreendendo, total ou parcialmente 51 municípios, totalizando cerca de 4.597,1 km<sup>2</sup>. Fazem parte deste colegiado 26 membros titulares (e respectivos suplentes) (AES A, s.d.).

O Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul (CBH-LS) tem como área de atuação o somatório das áreas geográficas das bacias dos rios Gramame e Abiaí, as quais totalizam 1.038,6 km<sup>2</sup> dispostos em 9 municípios (localizados total ou parcialmente nessas bacias). Fazem parte deste colegiado 25 titulares (e respectivos suplentes) (AES A, s.d.).

Nesse sentido, o público diretamente relacionado são os membros destes comitês, totalizando 51 membros titulares e suplentes, distribuídos nos segmentos de Poder Público Federal, Estadual e Municipal, Usuários de Água e Sociedade Civil Organizada. Além de suas Diretorias Colegiadas composta por 7 membros.

Figura 1 – Área de atuação do CBH-LS e do CBH-LN no estado da Paraíba.



### Planejamento do GAT-CBHS e adaptação das atividades

O planejamento para a execução das atividades do Grupo de Apoio Técnico aos CBHs da Paraíba, em 2020, foi feito em seu documento original, o qual previa a execução de atividades presenciais nas áreas de abrangência dos comitês e na sede da AESA. Em relação aos planos de atividades dos comitês, aprovados no ano de 2019, eles previam que as ações e atividades a serem realizadas pelo CBH-LS e CBH-LN aconteceriam no formato presencial em ambientes previamente orientados, como auditórios, salas de eventos, entre outros.

Entretanto, os efeitos da pandemia do coronavírus impossibilitaram a execução de todas as atividades presenciais nos mais diversos âmbitos sociais. Na Paraíba, o Decreto nº 40.128/2020 do Governo do Estado de 17 de março de 2020, foi o primeiro marco para a determinação do distanciamento sociais entre as pessoas, sobretudo na esfera da administração pública direta e indireta (PARAÍBA, 2020).

Com isso, a Instrução Normativa nº 02/2020 da Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal da Paraíba, que dispôs sobre os procedimentos para execução de atividades virtuais durante o período de enfrentamento ao COVID-19, permitiu a continuidade das ações dos projetos de extensão a partir da readequação dos objetivos originais para o sistema virtual, utilizando ferramentas remotas (UFPB, 2020).

A sistemática utilizada para execução das atividades do GAT-CBHs foi projetada para levar em consideração uma linha de trabalho, que ia desde a detecção da demanda dos CBHs, perpassando por estudos relativos à questão/temática até a emissão de propostas para otimização de tal procedimento. Por fim, registrava-se os resultados para embasamento das ações e propostas futuras dos CBHs.

O embasamento principal para a concretização das atividades propostas pelos membros do GAT-CBHs foram documentos institucionais e legais, como atas de reuniões, legislações específicas e correlatas ao assunto, relatórios e deliberações, manuais e cartilhas, que foram disponibilizadas em meio eletrônico. Além disso, os estudantes membros da equipe realizaram capacitações prévias sobre manejo e gerenciamento de tecnologias de informação e comunicação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e capacitações sobre a temática de gerenciamento e planejamento de recursos hídricos pela Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA).

## **Adaptação das atividades e ações dos CBHs**

Por serem fundamentais para o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos das bacias hidrográficas, as atividades e ações dos CBHs não podiam parar de serem executadas, sobretudo, em meio a pandemia que impactou a população paraibana consideravelmente, expondo a necessidade do acesso à água potável. A continuidade das atividades dos órgãos públicos, inclusive da AESA e comitês, foi permitida por meio de decretos posteriores do Governo do Estado, de maneira remota.

A descrição das ações e atividades planejadas e executadas pelo CBH-LS e do CBH-LN, no período de 2020/2021, estão descritas nos respectivos planos de trabalho (CBH-LS, s.d.; CBH-LN, s.d.). Outros documentos que norteiam as ações dos comitês são: Plano de capacitação; Plano de comunicação; Plano de aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos; e o Planejamento estratégico do CBH-LN.

Para o cumprimento das atividades remotas pelos CBHs durante a pandemia foi utilizada a seguinte metodologia: 1. Diagnóstico do perfil dos membros sobre possibilidade de participação em reuniões remotas, através da elaboração de formulário google, 2. Ligações telefônicas realizadas pela AESA para obter a resposta do diagnóstico para os membros que não responderam ao formulário google; 4. Escolha da ferramenta de reunião remota mais adequada para o momento; 3. Elaboração de materiais explicativos e instrutivos sobre explicação de como participar em reuniões remotas publicados no *Youtube*; 4. Execução das reuniões, considerando as pautas aprovadas pelas diretorias colegiadas e o planejamento de atividades de 2020 dos CBHs.

Para o início das atividades dos CBHs, o GAT-CBHs realizou o diagnóstico sobre o perfil dos membros dos CBHs do estado da Paraíba em relação ao acesso as TICs. Este formulário teve como objetivo a coleta e monitoramento de uma série de variáveis relacionadas ao perfil dos membros, como a disponibilidade para participação de reuniões, principais redes de comunicação utilizadas, acesso à internet, etc.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados foram atendidos de forma satisfatória, pois os CBHs conseguiram cumprir com suas agendas para o ano de 2020, mesmo de forma remota. As reuniões foram realizadas com pautas relevantes, como aprovação do Plano de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. O cumprimento de metas estabelecidas para os Comitês de Bacias Hidrográficas estaduais da Paraíba, Programa PROCOMITÊS, no período de 2020/2021, também foi atingido. Isso também colaborou com o cumprimento de metas do PROGESTÃO do Estado da Paraíba. Além disso, podemos destacar o êxito na execução dos planos de trabalho do CBH-LS e do CBH-LN, em 2020. O fato de os CBHs permanecerem ativos e cumprindo suas agendas em momento tão crítico, torna os CBHs do estado da Paraíba fortalecidos e empoderados frente ao sistema de gerenciamento de recursos hídricos. A seguir será apresentado de forma mais detalhada os resultados obtidos.

### **Diagnóstico sobre o perfil dos membros dos CBHs da Paraíba em relação ao acesso as TICs**

Uma das principais atividades realizadas por um comitê de bacia hidrográfica é a realização de reuniões ordinárias e extraordinárias durante o ano em curso. Os CBHs tomam decisões sobre a gestão dos recursos hídricos de suas bacias de atuação, através de reuniões periódicas realizadas com seus membros, que precisam de planejamento e determinam encaminhamentos sobre as decisões tomadas nas reuniões. Tais decisões impactam na gestão de recursos hídricos de suas bacias. Para garantir o sucesso de uma reunião, seja ela presencial ou virtual, é preciso assegurar a participação dos membros, o que dá representatividade aos segmentos.

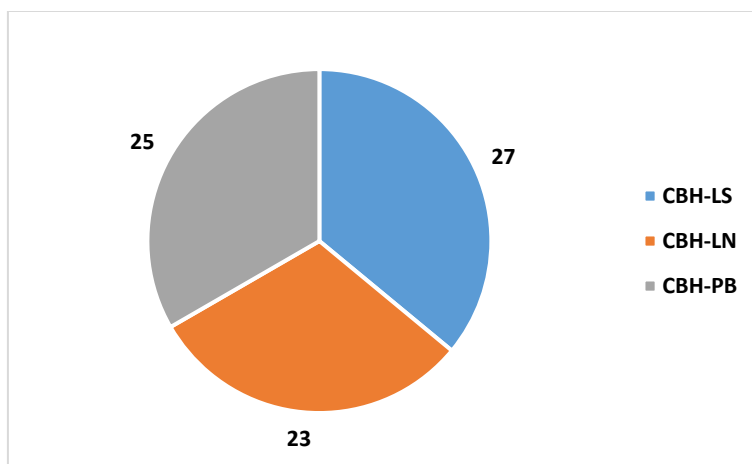
Nesse sentido, antes de convocar as reuniões virtuais, o GAT-CBHs realizou um diagnóstico do perfil dos membros dos CBHs do estado da Paraíba em relação ao acesso as TICs, objetivando coletar dados sobre uma série de variáveis relacionadas ao perfil dos membros. A coleta desses dados

específicos foi precursora entre as entidades públicas do estado da Paraíba, uma vez que levou em consideração características individuais dos membros.

O formulário utilizado para a realização do diagnóstico foi elaborado pelo GAT-CBHs, utilizando a ferramenta do *Google Formulário*, sendo estruturado com perguntas objetivas de múltipla escolha para respostas. Para torná-lo acessível ao público dos comitês, realizou-se revisões periódicas e testes de resultados prévios para se chegar a melhor versão estrutural do formulário.

Após ampla divulgação, o diagnóstico obteve 68 respostas distribuídas entre os três comitês de bacias hidrográficas do estado da Paraíba, no qual 73,5% são membros dos comitês de bacias em estudo, CBH-LS e CBH-LN, conforme a Figura 2.

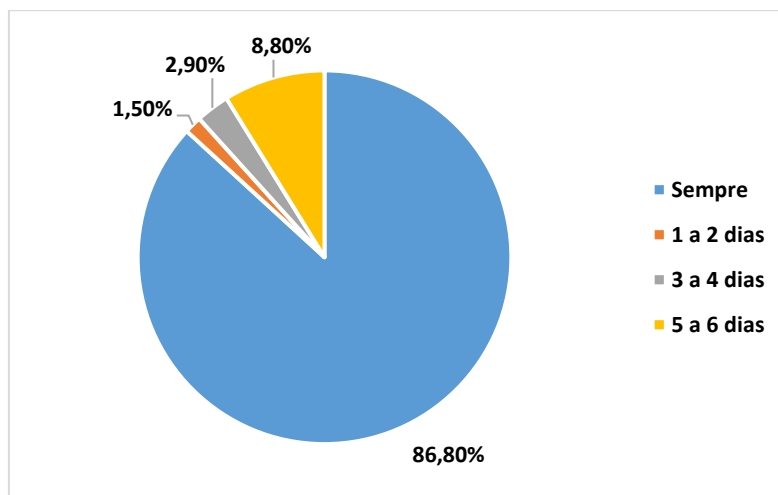
Figura 2 – Quantidade de respostas ao formulário por CBH.



Da totalidade de respostas ao formulário, 89,7% (61 respostas) representam membros eleitos, distribuídos entre titulares e suplentes e 10,3% (7 respostas) representam membros das diretorias colegiadas.

Ao compreender-se a totalidade das respostas distribuídas por comitê de bacia hidrográfica, pode-se analisar a primeira variável interveniente no processo 'Acesso à Internet'. Todos os 68 membros que submeteram respostas ao formulário possuem acesso à internet, mas destes 9 (13,2%) não possuem acesso à internet sempre, ou seja, qualquer hora do dia/semana, conforme a Figura 3.

Figura 3 – Frequência de acesso à internet pelos membros dos CBHs

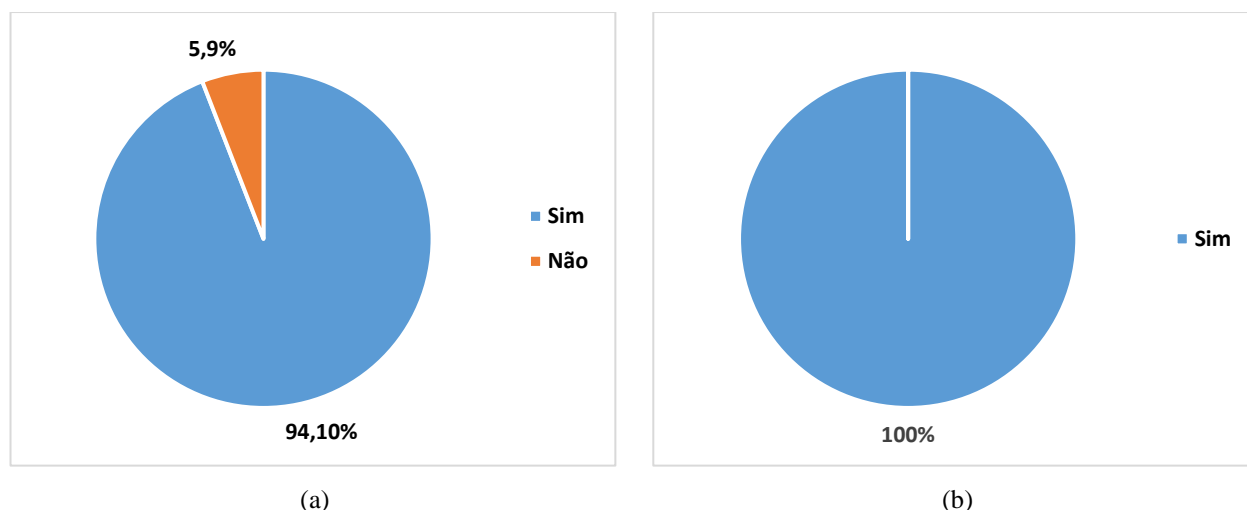




A variável ‘Acesso à internet’ foi por si só, uma componente muito importante para fazer conclusões acerca da análise proposta. Entender que a totalidade dos membros que responderam ao formulário possuíam acesso à internet, por no mínimo 1 a 2 dias, tornou o processo satisfatório, haja vista que esta informação propôs a possibilidade da execução das reuniões virtuais através de tecnologias e softwares remotos gratuitos, ou pelo menos, serviu para a garantia da comunicação e compartilhamento de documentos importantes, como as atas oficiais elaboradas em cada reunião dos comitês de bacias.

Em seguida verificou-se a variável ‘Acesso ao equipamento’, com o objetivo de entender o acesso dos membros a computadores, smartphones ou outro equipamento de utilização para informação e comunicação. A informação sobre acesso a smartphones (Figura 4 (b)), aliada a informação de acesso à internet, propôs a possibilidade de participação da maioria dos membros nas reuniões virtuais previstas. Dos 68 membros que responderam ao formulário, todos possuem acesso a um telefone celular sempre que precisa e 64 membros (94,10%) possuem acesso a um computador/notebook sempre que precisa, conforme Figuras 4 (b) e 4 (a), respectivamente.

Figuras 4 – Acesso ao equipamento: (a) notebook; (b) smartphone



Apesar destes dados induzirem a possibilidade da participação da maioria dos membros nas reuniões, levou-se em consideração outros indicadores de adequação ao sistema remoto, como a escassez de instruções para manuseio dos equipamentos, as dificuldades para realização de downloads de aplicativos e softwares, escassez de habilidades para acompanhamento das reuniões pela sistemática remota, entre outras inúmeras questões do ponto de vista socioeconômico. Neste sentido, a equipe produziu tutoriais explicando o passo a passo para acessar algumas tecnologias como o google meet, por exemplo, simulando o recebimento de um link de acesso por diversas redes sociais e fazendo o uso de computadores e smartphones. Esses tutoriais foram divulgados publicamente no canal do YouTube do GAT-CBHs.

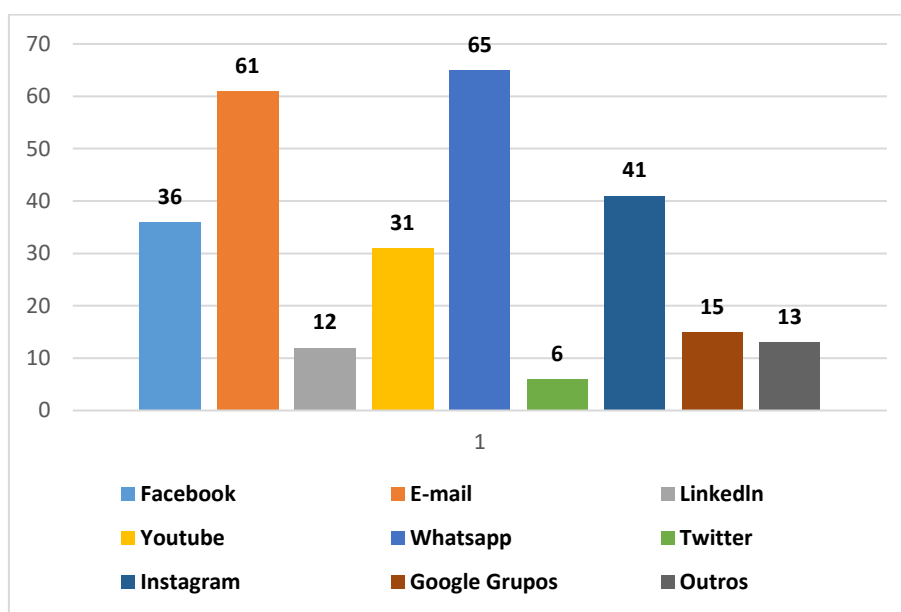
Outras questões levantadas foram: o acesso a equipamentos de captação de imagem e áudio pelos membros, no qual 22,1% dos entrevistados remotamente não possuíam; e a possibilidade da realização do download de aplicativos/softwares para viabilizar a participação nas reuniões por videoconferência de forma online, no qual 14,7% deles apresentaram possível resistência para baixar aplicativos/softwares em seus equipamentos.

Após isso, buscou-se compreender a disponibilidade para a participação nas reuniões, em quesitos de melhor(es) turno(s) do dia e melhor(es) dia(s) da semana para a sua participação nas reuniões. O turno da tarde e a quarta-feira foram os que obtiveram maior número de respostas e o turno da noite e a sexta-feira foram os menos votados pelos participantes. Entretanto, a análise para

verificar as melhores disponibilidades para participação dos membros nas reuniões de cada comitê restritamente, foi feita posteriormente, ao separar a disponibilidade individual de cada membro e comparar com a disponibilidade dos outros membros do mesmo comitê. Os melhores dias para a realização das reuniões por comitê de bacia foi feito através de filtros em uma planilha estruturada do excel.

Por fim, realizou-se uma caracterização acerca da utilização dos aplicativos/software de comunicação para fins pessoais e/ou profissionais, conforme mostra-se na Figura 5. Observa-se que o *Whatsapp*, *E-mail* e *Instagram* foram as redes mais citadas pelos membros. Estas informações mostraram a possibilidade de chegada das informações aos membros dos CBHs, mesmo que remotamente, apenas utilizando estratégias para gerenciar as redes sociais mais utilizadas pelo público em estudo.

Figura 5 – Utilização de redes de informação e comunicação pelos membros dos CBHs



Com o resultado satisfatório desta consulta aos membros, as reuniões virtuais dos CBHs iniciaram em 07 de julho de 2020 para o CBH-LN e em 14 de julho de 2020 para o CBH-LS. Ao longo dos anos foram realizadas outras reuniões virtuais conforme Tabela 1. Observa-se que o número de presentes na reunião virtual sempre garantiu o quórum mínimo de funcionamento dos CBHs, em que é necessário 1/3 dos membros para instalação da reunião. Além disso, observou-se também a participação de não-membros nas reuniões, uma vez que as reuniões são públicas.

Tabela 1 – Realização de reuniões ordinárias por CBH estadual da Paraíba

CBH	Nº de respostas ao formulário	Nº de membros titulares	Data da reunião	Presencial (P)/ Virtual (V)	Reunião 2020	Caráter	Nº médio de presentes na reunião virtual
CBH-LN	23	26	12/03/2020	P	1ª	RO	-
			07/07/2020	V	2ª	RO	25
			27/08/2020	V	1ª	RE	26
			12/11/2020	V	3ª	RO	29
			17/12/2020	V	4ª	RO	21
			15/04/2021	V	1ª	RO	29
CBH-LS	27	25	14/07/2020	V	1ª	RO	33
			01/09/2020	V	2ª	RO	29

			20/10/2020	V	3ª	RO	33
			25/11/2020	V	4ª	RO	35
			06/04/2021	V	1ª	RO	35
			25/05/2021	V	2ª	RO	45
CBH-PB	25	60	30/07/2020	V	1ª	RO	30
			28/08/2020	V	2ª	RE	27
			17/12/2020	V	3ª	RO	28
			07/04/2021	V	1ª	RO	29

Legenda: RO - Reunião Ordinária; RE - Reunião Extraordinária.

No decorrer do ano de 2020 e início do ano de 2021, pode-se citar os principais resultados obtidos pelo projeto GAT-CBHs que contribuíram sobremaneira com o êxito dos CBHs:

- Identificação da programação de reuniões e agenda para 2020 dos CBHs;
- Identificação e monitoramento contínuo das principais atividades desenvolvidas pelos CBHs;
- Diagnóstico sobre o perfil dos membros dos CBHs do estado da Paraíba em relação ao acesso as TICs;
- Realização das reuniões ordinárias e extraordinárias dos Comitês e nas reuniões com outras entidades do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, a exemplo o CERH-PB;
- Realização da 1ª reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos;
- Aprovação dos planos de trabalho 2021 e planos de atividades 2020 (meta do programa federal PROCOMITÊS);
- Desenvolvimento de materiais e notícias para atualização do site e das redes sociais (como Instagram e Youtube) dos comitês, junto ao setor, com vistas a atender ao plano de comunicação dos CBHs.
- Aprovação do Plano de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos para o ano 2021;
- Contribuição com o cumprimento de metas diversas do PROCOMITÊS 2020/2021;
- Elaboração de minutas para cursos de capacitação previstos nos planos de capacitação dos comitês, como “Comitê de Bacia Hidrográfica: O que é e o que faz? Práticas e Procedimentos”; “Resolução de Conflitos pelo uso de Recursos Hídricos” e “Gestão de Informação, Monitoramento e Avaliação: Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas - OGA Brasil”;
- Apoio na elaboração da minuta do edital para a aplicação e execução do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (em andamento);
- Apoio na realização do Encontro Estadual dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado da Paraíba 2020;
- Participação nas videoconferências para atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos do estado da Paraíba;
- Contribuições para o desenvolvimento e execução do Projeto Comitês nas Escolas;
- Apoio na adesão ao protocolo do Observatório das águas (OGA) pelos Comitês estaduais;
- Realização de outras atividades demandadas pelos Comitês no período de 2020/2021 e;
- Participação da Semana de Mobilização em Defesa da Água da AESA em 2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à importância da água para a sociedade e à variabilidade de sua disponibilidade no tempo e espaço, o conhecimento sobre todo o processo de gestão de recursos hídricos, no mundo e no Brasil, é bastante complexo e depende de conhecimentos diversos, tanto científicos quanto dos diversos atores sociais. Colaborar para a gestão integrada de recursos hídricos na Paraíba, através da vivência das ações dos Comitês de Bacias Hidrográficas, é uma experiência que demanda conhecimento científico e proporciona a implementação da política de recursos hídricos.



Nesse processo de troca de saberes entre universidades e entidades governamentais, os discentes são beneficiados, à medida que experienciam o contexto socioambiental de forma prática, através de instituições bem definidas nas ações da área. O caráter da extensão universitária, torna-se, portanto, a força motriz para o desenvolvimento e otimização do processo de formação acadêmico profissional dos estudantes.

Levando em consideração o cumprimento de metas estabelecidas pelos CBHs, no período de 2020/2021, podem-se destacar o êxito da execução dos planos de trabalho do CBH-LS e CBH-LN em 2020, garantindo, portanto, o empoderamento destes organismos colegiados perante o sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Além disso, os CBHs conseguiram cumprir com a totalidade de suas agendas, mostrando assim, o fortalecimento da gestão participativa na Paraíba.

É válido destacar a execução das reuniões virtuais ordinárias e extraordinárias dos CBHs, tendo em vista que é através desses processos participativos e descentralizados que estes organismos implementam as políticas e instrumentos de gestão, através de suas deliberações. Além disso, a realização contínua de reuniões torna o CBH fortalecido nas discussões sobre os principais aspectos, conflitos e problemas de suas bacias hidrográficas.

Os resultados do diagnóstico sobre o perfil dos membros dos CBHs da Paraíba em relação ao acesso as TICs mostraram a viabilidade da execução de reuniões virtuais, utilizando tecnologias remotas. É válido salientar que as reuniões remotas favoreceram a ampliação do público presente nas reuniões. Entretanto, é necessário também destacar as principais dificuldades de acesso e permanência nas reuniões e discussões: falha na conexão com a internet, falta de equipamento de reprodução de imagem e áudio, falta de outras TICs, dificuldades para acessar os aplicativos sugeridos, entre outras.

Outras considerações finais de relevância são: as capacitações ofertadas pela UFPB aos estudantes de extensão, sobre mídias sociais e ferramentas remotas, foram fundamentais para o andamento das atividades dos comitês, assim como os cursos oferecidos pela ANA que facilitaram também por serem remotos. Além disso, a AESA trabalhou de forma colaborativa com o GAT-CBHs aceitando as sugestões, as ações em todo o trabalho proposto.

Nos primeiros meses da pandemia, não parecia haver um organismo regulador ou estimulador capacitado para impulsionar as atividades dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado da Paraíba de forma remota. A possibilidade de manter os Comitês em funcionamento em momento tão desafiador foi uma tarefa realizada com êxito. Entretanto, as formas de avaliar e melhorar as participações remotas é ainda um desafio. Como sugestões futuras é importante investigar a situação do funcionamento de outros Comitês de Bacias Hidrográficas de outros estados, principalmente no ano de 2020.

**AGRADECIMENTOS** – Os autores agradecem aos membros e diretorias colegiadas dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Litorais Norte e Sul do estado da Paraíba e à Agência Executiva de Gestão das Águas pelo apoio prestado, bem como a Universidade Federal da Paraíba pela bolsa ofertada através do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX/UFPB).

## REFERÊNCIAS

AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas. *Comitê do Litoral Norte*. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/comite-de-bacias/litoral-norte/>>. Acesso em: 04 junho 2021.

AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas. *Comitê do Litoral Sul*. Disponível em: <[http://www.aesa.pb.gov.br/comites/litoral\\_sul/](http://www.aesa.pb.gov.br/comites/litoral_sul/)>. Acesso em: 04 junho 2021.

BRASIL. *Lei Federal nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2021.

CBH-LN - Comitês das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte. *Plano de Trabalho CBH-LN 2020*. Programa PROCOMITÊS. 2020.

CBH-LS - Comitês das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul. *Plano de Trabalho CBH-LS 2020*. Programa PROCOMITÊS. 2020.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. 11/03/2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em 25 maio 2021.

PARAÍBA. *Decreto nº 40.128/2020 do Governo do Estado de 17 de março de 2020*. Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual. 2020. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/legislacao-covid-19>. Acesso em 05 jun. 2021.

PARAÍBA. *Lei nº 6.308, de 02 de julho de 1996*. Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, suas diretrizes e dá outras providências. Disponível em: <<https://transparencia.pb.gov.br/conselhos-estaduais/conselho-estadual-de-recursos-hidricos/legislacao/lei-no-6-308-96-politica-estadual-atualizada.pdf/view>>. Acesso em 05 jun. 2021.

PARAÍBA. *Resolução nº 03 de 05 de novembro de 2003*. Dispõe sobre as Áreas de atuação dos Comitês do estado da Paraíba. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/documentos/legislacao/resolucao/>>. Acesso em 03 jun. 2021.

RIBEIRO, M. A. de F. M. *Participação pública em gestão de recursos hídricos: uma análise do caso paraibano*. 184p. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Campina Grande. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/12451>. Acesso em: 05 jun. 2021.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba. *Instrução Normativa nº 02/2020/PROEX/UFPB*. Dispõe sobre normas, procedimentos e prazos para a gestão e realização de Atividades de Extensão enquanto vigorarem as recomendações de isolamento social no enfrentamento à Pandemia de Coronavírus (Covid-19). 2020. Disponível em: <http://www.pra.ufpb.br/prac/contents/instrucoes-normativas>. Acesso em 03 jun. 2021.